

O adjá vai tocar: diálogos iniciais sobre matripotência

Viviane Sales Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: admvivianne@gmail.com

Edson Silva de Farias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: nilosed@gmail.com

120

Palavras-chave: Matripotência. Matrifocal. Ìyà. Feminino. Candomblé

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma discussão a respeito da categoria matripotência desenvolvida pela pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2016) presente na pesquisa de doutorado em fase de desenvolvimento, que tem por objeto, o estudo de saberes mobilizadores de femininos evidenciados pela ancestralidade e memória, no contexto ancestral do Candomblé de Nação Ketu, de tradição yorubana. Nesta oportunidade, aproximamos a categoria supracitada às articulações das *Ìyàs* do Candomblé, ou como são popularmente conhecidas, as “Mães de Santo”.

Com isso, coloca-se em evidência um dos pontos que constituem a cosmopercepção africana e afro-brasileira, o saber ancestral feminino, retomando a discussão sobre a visão mítica que envolve o feminino nos ritos e cerimônias realizadas e as relações desempenhadas pelas mulheres que reuniram (e reúnem) filhos e filhas em torno da família - caracterizada como “um centro de resistência e de defesa cultural” (Costa Lima, 2003. p. 27), fato que aponta caminhos teóricos importantes quando interrogamos o feminino com foco no sistema de família nuclear de tradição yorubana através da *ìyà*.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa etnográfica em fase de desenvolvimento, em terreiros de Candomblé de tradição yorubana, identificados por Nação Ketú, localizados em Salvador, Bahia. A pesquisa é guiada pela linha preconizada pelo antropólogo Geertz

Realização:



Apoio:



que atribui a etnografia um conceito de “descrição densa” (Geertz, 1989, p. 07); de caráter interpretativo caracterizado pela análise simbólica do fato antropológico, “carregado de significados incorporados nos símbolos que formam a religião (...) e a análise (...) da ação simbólica dos aspectos da vida social (...) nos quais a religião desempenha um papel determinante” (Geertz, 1989, p. 91). Dessa forma, oportuniza a descrição densa da realidade estudada, conforme ao autor, garantindo que essa ação complexa só pode ser alcançada, ao passo que se aprofunda na descrição e na sua interpretação. Diante dessa relação complexa nos desperta um ar de desafio que é a tarefa de traduzir a experiência, a vivência conjunta das participantes da pesquisa, interpretando e traduzindo em palavras e textos a experiência histórica e ancestral das Mães do Axé.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As trajetórias das mulheres negras no Brasil sempre foram marcadas por lutas e resistências, e mesmo numa conjuntura política desfavorável conseguiram driblar as autoridades e construir um legado ancestral através dos terreiros. A mulher negra no Candomblé está desde sempre no “ápice da hierarquia religiosa” (Bernardo, 2005, p. 16); fundadoras de terreiros seculares e que mantém, muitos deles, uma sucessão feminina até os dias atuais. Neste cenário de enfrentamento, resistência e reconstituição imposta pela diáspora, as mulheres negras tiveram uma atuação basilar com destaque também nos terreiros de Candomblé, exercendo liderança religiosa, social, política e cultural de seus povos reunidos e organizados em torno das “Mães” – *Ìyàlorixás*.

Este aspecto já despontava como interesse de pesquisa desde o início do século passado, mas de fato se tornou objeto de pesquisa com a pesquisadora e antropóloga americana Ruth Landes, nas décadas primeiras do Século XX, 1938/1939, quando decidiu estudar a atuação das mulheres negras de Candomblé. Seus estudos deram origem ao livro “A cidade das mulheres”. Estes estudos verificaram as responsabilidades e grandiosidade das mulheres sacerdotisas do Candomblé baiano, identificando traços de culturas africanas, constituindo um sistema matriarcal, atribuído pela antropóloga “às circunstâncias históricas e culturais da escravidão baiana” (Landes, 2002, p. 350). A antropóloga americana destaca o papel social dessas mulheres na

Realização:



Apoio:



sociedade e apresenta a Bahia como um centro que atraía atenção por fomentar um matriarcado de sociedades secretas de caráter religioso de origem africana.

Este legado que atravessa gerações e nos apresenta mulheres líderes de seus povos e comunidades, traz em seus corpos o ensino de um feminino vinculado à ancestralidade e suas matrizes culturais preservadas em seus grupos tradicionais (terreiros) que organiza, acerva e difunde conhecimentos que acentua autonomia e liderança de mulheres. Novos estudos a respeito das relações de gênero, a exemplo dos desenvolvidos por Oyěwùmí (2016) trazem contribuições discursivas sobre *Ìyà*, assim, torna-se possível articular suas discussões com a realidade das *Iyàs* no Candomblé. Oyěwùmí traz o significado da *Ìyà* na tradição yorubá, destacando a problemática da tradução do termo conforme entendimentos ocidentais e etnocêntricos que não alcançam o seu real sentido. Segundo ela, nessa perspectiva ocidental, “a categoria mãe é encarada como sendo incorporada por mulheres que são esposas subordinadas, fracas, impotentes e relativamente marginalizadas socialmente” (Oyěwùmí, 2016, p. 2).

Porém, na tradição yorubá a categoria *Ìyà* traz sentidos: de uma instituição sócio-espiritual e de senioridade que alimenta o debate de uma construção epistemológica sobre gênero fundamentada na cosmovisão yorubana e por que não, afro-diaspórica. Como diz Carla Akotirene (2019), Oyěwùmí nos possibilita interpretar as realidades “sem quaisquer empréstimos ocidentais”, pois estes, não conseguem “explicar como a fêmea se torna mulher e mãe” (Id.).

Na família de candomblé, modelo de resistência negra, não-nuclear, refeita por laços de afeto, os vínculos não são bio-lógicos; a mãe, *Iyalòrisà*, carrega os valores culturais numa construção cultural fêmea, ela não é nata ou inferior por ser mulher inventada. A mulher torna-se mãe ao “casar-se” em cerimônia com a ancestralidade, independentemente da anatomia sexual corporificada. Naquele rito seus filhos não necessariamente têm laços sanguíneos. (AKOTIRENE, 2019).

Este “casamento” acontece através da iniciação que toma forma do nascimento através útero ancestral “*roncó* (local onde acontece os ritos iniciáticos)” da fêmea - *Ìyàlorixá*, assim, a pessoa se insere numa organização que se estrutura pela antiguidade e senioridade: no respeito a quem veio primeiro, quem comeu primeiro. Afinal “todos os humanos têm uma *Ìyá*, todos nascemos de uma *Ìyá*, ninguém é maior, mais antigo ou mais velho que *Ìyá*” (Oyěwùmí, 2016, p. 3). Este entendimento relaciona-se àquilo que

Realização:



Apoio:



Oyèwùmí denomina de princípio matripotente em que a unidade social se expressa pelo par “Ìyá e prole” (Id.). Assumindo o papel de cocriadora dos seres humanos, a Ìyá sob esta cosmopercepção compartilha a criação com os seres genitores espirituais, fonte de seu poder de liderança, de gestão e de espiritualidade diante da prole.

Nessas discussões em torno da Ìyà - centro da família, da *Egbé* (comunidade) de Candomblé despontam:

- Um sistema matrifocal, a partir do qual as relações familiares/comunitárias são delineadas. Este sistema organiza os *omoya* (irmã/os filho/as) de uma mesma mãe-ventre. Nota-se que o *Omoya* ultrapassa o interior da casa, o que significa que os primo/as são considerado/as como irmã/os, filho/as da mesma mãe, segundo Oyèwùmí (2004). Nesse sentido, tem-se o terreiro da Casa Branca considerado o primeiro terreiro de Candomblé do Brasil, a casa mãe do Candomblé Ketú, o que reúne as casas paridas em torno de Ìyà Nassô, primeira Ìyàlorixá, o Grande Ventre do Candomblé baiano/brasileiro;
- Uma construção de feminino que está pautado na autonomia e decisão; na condição de sustentáculo de família e da comunidade; que não se coloca de forma inferior, como afirma Eduardo Oliveira, ela, a mãe/mulher, não “é o equivalente do homem, não é a costela de Adão” (Oliveira, 2006, p. 94). Afirmção que pode ser complementada pelas palavras de Sueli Carneiro e Cristiane Cury quando analisam o poder do feminino no culto aos orixás retratado pelo corpo mítico ancestral afirmando, que a mulher não é um “subproduto do homem” (Carneiro & Cury, 1993, p. 21).

CONCLUSÕES

Esta discussão trilhou caminhos teóricos que interrogam o gênero a partir do legado ancestral epistemológico construído pelos terreiros de Candomblé, com foco no sistema de família nuclear de tradição yorubana, o qual se delineia pelo princípio organizativo da senioridade relativo à antiguidade, gerido pela instituição sócio-material: Ìyà.

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Osun é fundamento epistemológico: um diálogo com Oyèronké Oyèwúmi. **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/osun-e-fundamento-epistemologico-um-dialogo-com-oyeronke-oyewumi/> Acessado em junho de 2024.

BERNARDO, T. O Candomblé e o Poder Feminino. **REVER. Revista de Estudos da Religião**. N. 2, 2005. p. 1-21. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_bernardo.pdf Acessado em junho de 2023.

CARNEIRO, S. & CURY, C. A. O poder feminino no culto aos Orixás. In. Mulher Negra. **Cadernos Geledés IV**. GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, 1993.

COSTA LIMA, V. **A família de santo nos Candomblés jejes-nagôs da Bahia**: um estudo de relações intragrúpicos. 2. Ed. Salvador. Corrupio, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. 2ª. Ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

OLIVEIRA, E. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

OYĚWÙMÍ, O. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood? **Nova Iorque: Palgrave Macmillan**, 2016, capítulo 3, p. 57-92. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html> Acessado em junho de 2024.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Tradução de Juliana Araújo Lopes.